

# As exigências dos credores

ESTADO DE SÃO PAULO

\* 4 SET 1993

O economista André Lara Resende estreou como negociador da dívida externa do Brasil numa viagem aos Estados Unidos em que teve oportunidade de se encontrar com representantes do FMI, do Tesouro norte-americano e do FED. Chegou à conclusão de que não será possível alcançar um entendimento com os bancos credores sem uma profunda reforma econômica a prazo curto. No centro das dificuldades para concluir o ajuste encontra-se o problema da revitalização do acordo stand by com o FMI. Supunha-se que o organismo internacional, mesmo sem concluí-lo, poderia manifestar-se favoravelmente a nossa política eco-

**Sem uma reforma econômica não será possível o acordo com os credores estrangeiros**

nômica, o que poderia contribuir no prazo médio para que se assinasse novo acordo stand by. Parece, porém, que os dirigentes do FMI não se sentem à vontade para assumir tal compromisso. Assim a tendência do organismo internacional é de exigir que nosso governo negocie um verdadeiro acordo stand by que implicaria a fixação de metas rígidas, especialmente no caso do déficit público. Para isso o tempo é muito curto, e o governo terá dificuldades em aceitar as metas consideradas como mínimas pelo FMI.

Mas, além do FMI, estamos encontrando forte pressão do próprio Tesouro norte-americano e do FED. Convém lembrar que para fe-

char o acordo com os bancos credores precisamos oferecer garantias de papéis de longo prazo, com cupom zero, emitidos por países como os Estados Unidos ou a Alemanha. Isso exigiria que o Brasil desembolsasse cerca de US\$ 2,3 bilhões para comprar tais títulos. Não seria difícil tirar tal quantia de nossas reservas, apesar de se saber que, no início, se contava com o FMI, o Banco Mundial e o BID, para obter a maior parte desses recursos. Ora, é preciso convencer as autoridades monetárias norte-americanas a emitir tais títulos, pois comprá-los no mercado secundário seria muito custoso. O economista André Lara Resende foi informado de que sem um verdadeiro acordo stand by com o FMI o Tesouro norte-americano não está disposto a realizar tal emissão. O representante do governo brasileiro aceitou o desafio e

está pronto a negociar um acordo pleno com o FMI. Isso supõe profunda reformulação de nossa política econômica no curto prazo e um corte gigantesco do déficit público para 1994. Além do mais, não se pode esquecer de que seria difícil alcançar tais objetivos, tendo em vista o quadro da previsão do ministro da Fazenda, que inclui uma inflação de ainda 15% em abril do próximo ano. Assim tudo converge para uma nova política em outubro.

Diante desse estado de coisas, é interessante verificar que, na linha da tentativa do BC de reduzir o impacto da suspensão do pagamento de parte dos compromissos com o Clube de Paris, o sr. Pedro Malan anunciou que a primeira parcela a vencer seria paga normalmente. É que o Brasil precisa do apoio do G-7 neste estágio de suas conversações com o FMI.